

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Marcas Femininas nas Agroindústrias do Distrito Federal

Iracilda Pimentel Carvalho*¹

Resumo: A pesquisa revelou a presença de mulheres trabalhadoras rurais, mulheres fortes e ativas que estão à frente de suas agroindústrias e são responsáveis pelo trabalho, pela produção e pela distribuição dos produtos. Os depoimentos coletados apontam para perfis identitários outros que os disseminados no senso comum, revelam trajetórias de vida em que elas foram autoras de seus projetos, explicitam mudanças em suas relações com outras pessoas, consigo próprias e com a vida. Mudanças de posturas como a conscientização dos problemas produtivos, econômicos. E isso porque, se antes não ocorria ali a preocupação com uma política de gênero, a inclusão de tal recorte tornou-se incontornável, graças às demandas, ao trabalho e às experiências das trabalhadoras rurais.

Palavras-chave: Trabalhadoras rurais – Empoderamento - Agroindústrias.

Abstract: The research disclosed the presence of agricultural diligent women, strong and active women who are to the front of its agrarian industries and are responsible for the work, the production and the distribution of the products. The collected depositions point with respect to “identitários” profiles others that the spread ones in the common sense, disclose life trajectories where they had been authors of its projects, changes in its relations with other people, with themselves and them lives. Changes of positions as the awareness of the productive, economic problems. And this because, if before the concern with one politics of sort did not occur there, the inclusion of such clipping became incontornável, thanks to the demands, to the work and the experiences of the agricultural workers.

Keywords: Agricultural workers - empowerment – Agrarian industries.

Segundo a historiografia convencional, as mulheres estiveram praticamente ausentes da história construída sobre Brasília, pois apenas em locais específicos de práticas identificadas como desviantes, como a prostituição da Cidade Livre, (Núcleo Bandeirante) elas tiveram sua presença assinalada.

Nesse estudo, procurei justamente, em outro momento e espaço, focalizar as mulheres, principalmente no que concerne à participação das trabalhadoras rurais na produção doméstica de alimentos, revelando-as como mulheres ativas e dinâmicas, conformando uma categoria que é predominante no trabalho e no gerenciamento das

¹* Doutora em História, Universidade de Brasília.

agroindústrias haja vista que estão presentes em 90% do conjunto das agroindústrias familiares do DF, no período de 1995/2002.

São mulheres que acordam com o galo cantando e dormem quando o sol se põe, que aqui também chegaram, encantadas ante a possibilidade de construção de uma nova vida, de uma sobrevivência mais digna, de uma sociedade melhor, projeto que parece ir se concretizando, ao se tornarem proprietárias de agroindústrias.

Como tais, elas vivenciam, em suas agroindústrias, um cotidiano vincado por uma tríplice jornada de trabalho, já que plantam, colhem, preparam os produtos, embalam, cuidam da distribuição e ainda da administração de suas casas. Ou seja, respondem pela produção e distribuição de produtos, bem como pelos trabalhos domésticos típicos de uma dona-de-casa.

Tal cotidiano revela as assimetrias e as desigualdades de gênero, presente em trabalhos freqüentemente realizados por mulheres, principalmente as rurais, que estiveram, durante muito tempo, ocultos, encobertos, graças a uma política de silenciamento informada por múltiplas e diferenciadas convenções e representações, entre elas as de sexo/gênero, raça, classe e escolaridade, que respondem por sua invisibilidade como sujeitos sociais.

Proceder a uma leitura dos mundos das mulheres trabalhadoras rurais e proprietárias de agroindústrias no DF que não se restringisse à visibilidade de sua presença na história foi desafio a que me propus. O esforço esteve, assim, centrado não apenas em sua inclusão no discurso histórico, mas, sobretudo, em conhecer as marcas femininas nas agroindústrias do Distrito federal. Daí minha opção por suas histórias.

São histórias de pessoas comuns que compõem a matéria-prima de uma história dos excluídos, de uma história “vista de baixo”, de uma história, parodiando Foucault, de “mulheres infames”, pessoas desconhecidas, simples, sem fama. A opção por uma história de pessoas comuns se deu porque, conforme ressalta E. P. Thompson, é perspectiva que permite trazer a:

(...)história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade (...). Propicia o contato- e, pois, a compreensão- entre classes sociais e gerações....Paralelamente, a história oral propõe um desafio aos mitos consagrados da história, ao juízo autoritário inerente à sua tradição. E oferece os meios para uma transformação radical do sentido social da história(...) (Thompson,1982:44)

Uma perspectiva, portanto, que não obstante seus limites – particularmente o da dificuldade em “precisar que história vem de baixo” (Sharpe,1982:43) – é, reconhecidamente, plena de possibilidades, pois permite

(...) explorar as experiências históricas daqueles homens e mulheres, cuja existência é tão freqüentemente ignorada, tacitamente aceita ou mencionada apenas de passagem na principal corrente da história (...) (Idem,ibidem:41)

“‘Extrair” as histórias dessas mulheres de dentro de sua comunidade e trazê-las para dentro das mesma, de modo a melhor compreender os seus mundos, foi operação que se tornou possível graças, principalmente, ao uso da história oral e de histórias de vidas. E isso porque, tal como Sharp, entendo ser a “abordagem dos indivíduos tão valiosas quanto as coletivas, mais familiares a história social”. (Idem,ibidem:45)

Trata-se de perspectiva e de procedimento que me permitiram “explorar” os mundos dessas mulheres, atentando para as representações e práticas constitutivas de seu cotidiano. Uma história, enfim, que prioriza um coletivo anônimo e aparentemente banal, “miudezas”, nos dizeres de Jim Sharp (Idem,ibidem:46), ignoradas pela historiografia tradicional, embora igualmente relevantes para a apreensão das experiências das pessoas, pois permitem o reconhecimento de terrenos até então pouco explorados, como vida familiar, maternidade, sexualidade, sociabilidades, condutas, valores, costumes e tradições.

Como avalia Peter Burke, com a incorporação de novas abordagens, como a da “história vista de baixo”, de novas fontes, como a história oral, de novos objetos como as mulheres/trabalhadoras rurais, a historiografia jamais será a mesma,

(...) até mesmo por ter se aventurado a dialogar com outras áreas do conhecimento, por ter sido atrevida ao ampliar a acepção das fontes e os critérios para a análise documental, criando talvez um novo paradigma para a composição da história (...) (Burke,1982:22)

Assim, “descobri-las”, atentando para suas experiências, implicou o desafio de também dar visibilidade aos espaços ordenados dentro das agroindústrias por outras lógicas que não as puramente econômicas. Implicou atentar para as relações de gênero que presidem seu cotidiano, expressas na discriminação que atravessa as relações de trabalho, de produção e das sociabilidades familiares e comunitárias.

Assim, significou algo mais que revelar sua presença numérica, por meio de estatística, porque busquei “des-cobrir” como são vistas e particularmente como se vêem, como se auto-representam a partir de seu lugar social. Ou seja, o esforço esteve centrado tanto em apreender como elas se dão a ler e também como fazem suas leituras de mundo, de forma a permitir perceber quem são, onde se encontram, o que fazem, como se localizam nos processos produtivos, quais conceitos/valores/tradições/imagens informam suas visões de mundo e conformam suas identidades sociais.

Implicou, assim, desvendar como são representadas e auto-representadas, isto é, como são discursivamente construídas as identidades/subjetividade destas mulheres trabalhadoras. Incluiu, finalmente, atentar para as relações de poder que atravessam tais construções, bem como para suas experiências à frente das agroindústrias, como lugares de significação, ou seja, não apenas como lugar onde o poder é organizado e difundido, mas também de empoderamento das mulheres. Empoderamento, no sentido de um movimento de dentro para fora.

E isso se dá porque o mundo do trabalho e a sociedade brasileira em geral ainda se encontram presididos por um imaginário social onde o masculino representa o todo, o universal, transcendente e produtivo, enquanto o feminino é visto como parte, menor, alteridade, especificidade, imanência e reprodução.

Essa é uma das dimensões da vida social em que se manifestam as concepções de mundo binário que fragmentam e reduzem o todo a duas partes distintas e facilmente discerníveis. Esse é um reducionismo contra o qual se colocam as teorias feministas que, em sua crítica à cultura, apresentam-se indispensáveis como saber, como epistemologia própria para falar das mulheres sobre elas, de suas experiências e formas de agenciar seus espaços e da constituição de suas identidades.

Sob tal perspectiva é que estive atenta, nas entrevistas, à força instauradora das representações, não com a pretensão de procurar confirmá-las, mas como possibilidade de apreender melhor as experiências das mulheres, proprietárias de agroindústrias e os mundos que elas criaram e nos quais foram criadas. Afinal, entendo as representações como matrizes e efeitos de práticas sociais. Procurei, assim, enfocá-las, sintonizada com o que propõe Jodelet no sentido em que elas,

(...) intervém em processos variados, tais como a difusão e a assimilação dos conhecimentos, o desenvolvimento individual e coletivo, a definição das identidades pessoais e sociais, a expressão dos grupos e as transformações sociais (...)(Jodelet, 2001:26)

Como constructos socialmente elaborados e partilhados que “definem e orientam as ações dos indivíduos e dos atores sociais de uma sociedade dada”, as representações operam, em sua dimensão instituinte, como uma das forças reguladoras da vida coletiva, mas também em sua dimensão criadora, transformadora da realidade instituída.

Ainda que sua força instituinte não seja plena, absoluta, não se pode deixar de reconhecer que, no caso das trabalhadoras rurais do Distrito Federal, o tornar-se proprietária de uma agroindústria foi elemento fundamental nas mudanças operadas em suas vidas, haja

vista os significados sociais conferidos à representação de “proprietárias”. Mulheres, cujos “arranjos”, formas informais de sobrevivência para si e seu familiares, têm sido visualizadas pela historiografia feminista, ao revelar sua presença na história e suas estratégias de luta.

Uma auto-representação engendrada na experiência como proprietária de agroindústria, mediante a qual D. Cosma percebe-se como pessoa capaz de produzir, administrar, comercializar seus produtos, prover sua família, ser reconhecida como tal.

Uma experiência que lhe permitiu perceber que pode ter existência própria, “pode ter tudo”, no momento em que têm assegurados sua independência financeira e seu reconhecimento como cidadãs, sinalizadas também nas falas de outras proprietárias como: Dona Helena, Salete e Dona Clara, quando fazem referência à capacidade de gerenciar suas agroindústrias:

*(...) nós conseguiu provar que até hoje em dia qualquer pessoa dessas chácaras que chega lá e quer renovar (empréstimos) eles oferecem até dinheiro prá gente entendeu?(...)*²

(...)Graças a Deus consegui quitar tudo, né. Aí, depois eu fiz um outro empréstimo prá

*comprar uma máquina né. Também tô terminando de quitar(...)*³

*(...) Hoje trabalho na certeza que já cresci e ainda vou crescer muito(...)*⁴

Mulheres que são percebidas atuando dentro do mercado, não mais como meras ajudantes e executoras de um trabalho gratuito, mas como responsáveis pela produção, transformação e comercialização dos produtos, não obstante parte expressiva da literatura ainda insistir em ocultar seu trabalho.

Pelo fato de a subordinação das mulheres parecer normal dentro do imaginário patriarcal, isto é, já se encontra naturalizado, como pertencente à ordem natural das coisas, a mudança no sentido do empoderamento não ocorre espontaneamente, ela inclui a desestabilização dessa construção, legitimadora da relação de dominação/subordinação.

O empoderamento é processo que demanda a tomada de consciência da discriminação de gênero. Ou seja, as ações têm que ser formuladas com base na compreensão de que, para superar os quinhentos anos de desigualdade de gênero, no caso brasileiro, e possibilitar às mulheres condições de igualdade em relação aos seus parceiros do sexo masculino, serão necessárias não apenas medidas específicas, que levem em conta as diferenças, mas também a igualdade de chances entre os sexos, que passa pela desnaturalização das diferenças fundadas na divisão de gênero.

² Depoimento D. Helena, idem, ibidem

³ Depoimento Salete, idem, ibidem

⁴ Depoimento D. Clara, idem, ibidem

Assim, ao dessexualizarmos o conceito de “tarefa produtiva”, observa-se que as mulheres aparecem como protagonistas e não como coadjuvantes no espaço da agricultura familiar, como é o caso de Dona Clara, Dona cosma, Dona Helena, Dona Iolanda e Salete, uma vez que são as proprietárias de suas agroindústrias. Usufruem, portanto, em razão dessa condição, do direito de participação em programas do governo para agricultura familiar.

Inegavelmente, é ainda muito baixa a representatividade das mulheres nos programas governamentais de apoio e fomento à agricultura familiar, já que, do ponto de vista legal, não existe impedimento para que elas sejam beneficiárias diretas. Todavia, o que prevalece é a permanência de práticas misóginas tradicionais. Estas estão presentes até mesmo em algumas agroindústrias do DF, tendo-se em vista que, apesar de todas as atividades de produção, gerência e distribuição serem executadas pelas trabalhadoras rurais, verifica-se, de acordo com a lista oficial da secretaria da agricultura do DF, que apenas 10% das mulheres ali são identificadas como titulares.

Não é, pois, sem razão que os referidos programas sofram críticas por parte das trabalhadoras, pois são identificados como iniciativas onde as mulheres permanecem tendo tratamento diferenciado e desigual em relação aos homens.

E isso ocorre porque estão ainda vinculados por convenções de gênero, que respondem pela reprodução das desigualdades entre mulheres e homens, haja vista que simplesmente ignoram, porque se encontram naturalizadas, as relações de opressão e exploração das mulheres, nesse modelo de produção, revelador da permanência de uma construção generizada de que o trabalho feminino é sempre uma extensão de seus papéis de mãe, esposa, dona-de-casa, administradora do lar e educadora dos filhos.

Tais pregnâncias caracterizam uma situação de dupla exploração das mulheres nesse modelo de produção, bem como de explícita violência de gênero, ao manter sua invisibilidade como trabalhadora e ao negar seus direitos como cidadã.

Assim, a inclusão de uma política de gênero é fundamental para romper com esta situação de discriminação, já que a agricultura familiar é responsável por 60% da produção nacional, e incorpora maciçamente o trabalho das mulheres⁵.

Referências Bibliográficas:

⁵ A esse respeito ver: “Balanço da Reforma Agrária e Agricultura Familiar”. Ministério da Política Fundiária e do Desenvolvimento Agrário, Brasília, 2000; “Política Pública e Agricultura Familiar: Uma leitura do PRONAF”. In. Estudos – Sociedade e Agricultura, n.8, Rio de Janeiro, 1997.

ABRAMOVAY, Miriam e Castro, Mary Garcia. Engendrando um novo feminismo: Mulheres líderes de base. Brasília: UNESCO, 1998.

ABRIC, Jean-Claude. O estudo experimental das representações sociais. In. Jodelet, Denise (org.). As representações sociais. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

AGUIAR, Neuma (org.). Mulheres na força de trabalho na América latina. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

CARVALHO, Iracilda P. Brasília: Imagens e representações. In. Costa, Cléria B. da e Magalhães, Nancy A. (orgs.). Contar história, fazer História – História, cultura e memória. Brasília: Paralelo 15, 2001.

----- . Imagens e representações no nascimento de novas cidades: Brasília (1958/60), Samambaia (1989/93), In. Dissertação de Mestrado UnB, His, Brasília, 1993, p.245

CERTEAU, Michel. A invenção do cotidiano. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. História Cultural: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Difel, 1990.

----- . O mundo como representação. Estudos Avançados, 11 (5). São Paulo, 1991.

COSTA, Albertina de Oliveira e Bruschini, C. **Uma Questão de Gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

FONSECA, Tânia Mara Galli. **Gênero, subjetividade e trabalho**. Petrópolis: Vozes, 2000.

ROCHA, M. Isabel Baltar da. (org.). **Trabalho e gênero Mudanças, permanências e desafios**. Campinas: Ed. 34, 2000.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter. **A escrita da História**. São Paulo: UNESP, 1982.

THOMPSON, E. Paul.. **A voz do Passado - História Oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.